



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016.
PROCESSO Nº 03/2016. TIPO DE JULGAMENTO:
**MENOR PREÇO POR ITEM. PREGÃO
PRESENCIAL** PARA AQUISIÇÃO DE
EQUIPAMENTOS, PARA INSTRUMENTALIZAR A
BASE DE SERVIÇOS E COMERCIALIZAÇÃO DO
TERRITÓRIO CENTRO SERRA EM ATENDIMENTO
ÀS METAS Nº 04 E 05 DO CONTRATO DE
REPASSE Nº 322.695/2010 FIRMADO ENTRE O
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO
JACUÍ/RS E O MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-
MDA/PROGRAMA PRONAT CONFORME
DESCRIÇÃO A SEGUIR:

O Presidente do **Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí – CI/JACUÍ**, Sr. Leodegar Rodrigues, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia 24 de maio de 2016, às 14h e 30 minutos, na sala de reuniões do Consórcio Intermunicipal Vale do Jacuí, localizada a Rua Afonso Wietzke, nº 128, centro, Sobradinho/RS se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a aquisição dos bens descritos abaixo, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no âmbito do Contrato de Repasse nº 322.695-06/2010/MDA/CAIXA, Programa Pronat, celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, representado pela Caixa Econômica Federal.

1 – OBJETO:

Constitui o objeto da presente os seguintes itens com as especificações mínimas a seguir:



Item	Unid.	Quant.	Especificações mínimas
1	Und.	01	Descascador de legumes, capacidade mínima de 10 kg, motor elétrico de ½ HP, produção media de até 200kg, 220v.
02	Und.	01	Máquina de saches de mel, equipamento para formar, encher e fechar embalagens tipo sache, tipo quatro soldas, com compressor de ar mínimo de 1 HP - 220V e enchedeira em aço inox.
03	Und.	01	Embaladora a vácuo, modelo de mesa, gabinete em aço inox, bomba de vácuo interna, câmara de vácuo dimensões não inferiores a 500x400x80, busch mínimo 19 m³/hora automática, com duas barras de selagem, 220v.
04	Und.	01	Mesa para higienização de frutas em aço inox, dimensões mínimas 920x2400x1460mm, estrutura tubular, chapas com furos de 8mm para retenção de frutos, dotada de pulverização de água por bicos aspersores, com jato de água, alimentação por tubulação PVC, bomba de reciclagem (autoescorvante), de ½ CV, 220V.
05	Und.	01	Lavajato, motor com potência mínima de 2 CV, pressão mínima 1300 ibf/pol², chave elétrica vedada contra água, engate rápido sistema de sucção água, bico regulável, carrinho para transporte, 220v.
06	Und.	02	Freezer horizontal, duas portas, capacidade mínima de 530 lts, degelo manual, função refrigeração, grade interna, pés com rodízio, travamento de portas com chaves, cor branca, 220v.
07	Und.	01	Geladeira resfriamento de bebidas e alimentos, temp trabalho 0 à 5°C, ar forçado, pés e prateleiras reguláveis, controlador digital, isolamento térmico em poliuretano injetado, dimensões mínimas : alt.1900mm, prof 600mm, frente 1200mm, volume mínimo 1000 lts, 220v.
08	Und.	02	Mesa em aço inox escovado, medindo 2500x700x850mm, com duas cubas tanques 600x500x290mm, estrutura tubular, saída em funil para detritos.
09	Und.	01	Câmara fria de resfriamento, isolamento injetado em poliuretano expandido, espessura mínima 80mm, revestimento externo chapa kroma branca, interno em chapa galvanizada, uma porta, motor elétrico trifásico. Medida externa mínima 4000x3000x2450mm, fundo revestido com fibra, controlador digital com degelo automático, gás 134 A, 3 níveis de prateleiras internas, luminária e caixa de comando, 220v.
10	Und.	01	Câmara fria de congelamento, isolamento em injetado em poliuretano expandido, espessura mínima 100mm, revestimento externo chapa kroma branca, interno em chapa galvanizada, uma porta , motor elétrico



			trifásico. Medida externa 3000x2000x2450mm, fundo revestido com fibra, controlador digital com sistema de degelo com resistência, gás 404 ^a , três níveis de prateleiras internas, luminária e caixa de comando, 220v.
11	Und.	01	Câmara frigorífica de atmosfera convencional de resfriamento e conservação de frutas e verduras com controle de temperatura, instalada, com as seguintes características: Tensão 380v (trifásica), Frequência de rede: 60Hz, tensão de comando: 200 Volts. Fluido Refrigerante R22. Dimensões Externas: 8,00 x 4,70 x 4,00m. Capacidade de estocagem 30 Ton, Movimento/dia 6.000 kg, tempo de resfriamento 18h, temperatura de recepção da fruta + 30°C, temperatura externa + 35°C, temperatura interna -1º a + 2º C, umidade relativa (UR) 85 a 95%, carga térmica 15.000 kcal/h. Com 02 duas unidades condensadoras, compressor mín. 1.750 rpm, semi-hermético ou hermético, temp evaporação 6º C e condensação + 45º C, com 01 evaporador, -6,0°C, sistema 50/50 – duplo circuito, Área de troca térmica (mínima) 144,m ² , vazão de ar unitária (mínima) 12.000 m ³ /h, degelo por água quente – gases de descarga, sistema de umidade por bomba de pistão com pressão de 500 lbf/pol ² vazão de 15 litros por minuto com 04 (quatro) bicos do tipo corta gotas.

2 – DO LOCAL, DATA E HORA:

2.1 O Pregão Presencial será realizado em sessão pública, no dia 24 de maio de 2016, às 14h e 30 minutos, na sede do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, situado à Rua Afonso Wietzke, nº 128, Bairro Centro, município de Sobradinho/RS, CEP 96.900-000;

2.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário;

2.3 Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas na documentação relativa ao certame.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1 Poderão participar deste Pregão as empresas:

- a) do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos;
- b) que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

3.2 É vedada a participação de empresa:



- a) concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, e, dissolução ou em liquidação ou recuperação judicial;
- b) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenha sido declarada inidônea;
- c) que estejam reunidas em consórcio ou, ainda sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de conglomeração;
- d) estrangeiras que não funcionem no País;
- e) Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.

3.2.1 A empresa que tenha sido declarada inidônea e que mesmo assim participar do processo licitatório estará sujeita às penalidades previstas no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8.666/93.

4 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 10 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO JACUÍ – CI/JACUÍ
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO JACUÍ – CI/JACUÍ
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

5 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

5.1 Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às microempresas e empresas de pequeno porte, licitantes que se enquadrem em qualquer dos incisos do § 4º, do art. 3º da Lei precitada;

5.2 Para usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/06, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nessa Lei, deverá declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Presencial, se comprometendo a apresentar a documentação comprobatória caso venha a vencer o certame utilizando-se do benefício (Certidão emitida pela Junta Comercial ou outro documento que comprove o devido enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte);



5.2.1 A não manifestação de enquadramento, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei supramencionada;

5.2.2 A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada implicará na abertura de processo administrativo e consequente aplicação das sanções cabíveis;

5.3 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

5.4 Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço registrado para o item;

5.5 O critério de desempate, preferência de contratação, aqui disposto somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada;

5.6 A preferência aqui tratada será concedida da seguinte forma:

I - ocorrendo empate, a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto licitado em seu favor;

II – o direito de preferência previsto no inciso I será exercido, sob pena de preclusão, após o encerramento da rodada de lances, devendo ser apresentada nova proposta no prazo máximo de cinco minutos para o item em situação de empate;

III - no caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto no inciso I;

IV - na hipótese da não contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.7 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 5.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

5.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de até 2 **(dois) dias úteis** para a regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame;



5.8.1 O tratamento favorecido previsto somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

6 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

6.1 A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, no dia, hora e local, mencionados no item 2.1, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada;

6.1.1 A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade;

6.2 A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes;

6.3 O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.



6.4 Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação;

6.5 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, devesse declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Presencial, e apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou a Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 10/2013. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006;

6.5.1 As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima;

6.5.2 A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora do envelope 01 – Proposta de Preços.

7 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

7.1 No dia, hora e local, mencionados no item 2.1 deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 - PROPOSTA e 02 – DOCUMENTAÇÃO;

7.2 Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária;

7.3 O Pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame.

8 – DA PROPOSTA DE PREÇO:

8.1 A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:



- a) razão social da empresa;
- b) descrição completa dos EQUIPAMENTOS ofertados, marca, modelo, referências e demais dados técnicos;
- c) preço unitário líquido do item, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;

Observação 2: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

9 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

9.1 Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de MENOR VALOR UNITÁRIO e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora;

9.2 Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas;

9.3 No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora;

9.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

9.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista nos itens 9.3 e 9.4;

9.5.1 Dada a palavra a licitante, esta disporá de 01 (um) minuto para apresentar nova proposta;

9.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

9.6.1 A diferença entre os lances deverá ser definida pelos participantes juntamente com o pregoeiro e equipe de apoio nos minutos que antecedem o início da sessão de lances;

9.7 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 19 deste edital;



9.8 O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas;

9.9 Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor;

9.10 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

9.11 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito;

9.12 A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado;

9.13 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 8;
- b) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação 3: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório;

9.14 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital;

9.15 Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 6.5.1, deste edital;



9.15.1 Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor;

9.16 Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

9.17 Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 9.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor;

9.18 O disposto nos itens 9.15 a 9.17, deste edital, não se aplicam às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa;

9.19 Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos;

9.20 A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações do CI/JACUÍ, conforme subitem 20.1 deste edital;

9.21 Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

10 – DA HABILITAÇÃO:

10.1 Para fins de habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

10.1.1 Declaração (de que não emprega menores de idade) que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Anexo III, deste Edital.

10.1.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:



- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.2.1 – A licitante fica dispensada da apresentação dos documentos enumerados nas letras a, b ou c deste subitem (10.1.2), caso já tenha apresentado quando do credenciamento junto ao Pregoeiro.

10.1.3 – REGULARIDADE FISCAL:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) prova de regularidade com a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a fazenda estadual;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débito Relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União);
- f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;
- g) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.2 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 6.5, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 10.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame;

10.2.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.2.2 Ocorrendo a situação prevista no item 9.2, a sessão do Pregão será suspensa, podendo o Pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação;

10.2.3 O benefício de que trata o item 10.2 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição;



10.2.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 10.2, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 11.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 19, deste edital;

10.3 O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de **5 (cinco) dias**, sob pena de inutilização do envelope;

10.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:

10.4.1 Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação de **Atestado(s) de Capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante e o nome do responsável pelo mesmo;

10.5.1 A licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar **DECLARAÇÃO**, juntamente com as demais documentações, declarando que atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

10.5.2 A licitante detentora da melhor oferta, **caso tenha declarado se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte**, deverá apresentar:

- a) **DECLARAÇÃO** de Enquadramento na Lei Complementar nº 123/06, conforme modelo constante do Anexo V;
- b) **CERTIDÃO** que ateste o enquadramento, expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal;

10.6 Os documentos extraídos via internet poderão ter seus dados conferidos perante o site correspondente;

10.7 As certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias contados da data da emissão do documento.

11 – DA ADJUDICAÇÃO:

11.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, à licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;



11.2 Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor;

11.3 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará as licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

12 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1 Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do Pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de **03 (três) dias corridos** para apresentação das razões de recurso, sob pena de decair este direito;

12.2 Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de **03 (três) dias corridos**, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo;

12.3 A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos;

12.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

13 – DOS PRAZOS:

13.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de **05 (cinco) dias**, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

13.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo;

13.3 Os Equipamentos deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias, após a solicitação do CONTRATANTE, que o fará através da autorização da CEF;



13.4 O Termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final depois de esgotado o prazo de garantia;

13.5 O prazo de garantia será de 12 meses contra defeitos de fabricação (TODOS OS ITENS);

14 – DO RECEBIMENTO:

14.1 A entrega dos itens deverá ser feita junto à garagem da secretaria da agricultura e meio ambiente de Arroio do Tigre/RS, conforme agendamento através do telefone 51-37421673, juntamente com a nota fiscal, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após autorização da Caixa Econômica Federal;

14.2 A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto, e fazer referência ao Contrato de Repasse nº 322.695-06-20/2010/MDA/CAIXA, Programa Pronat, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informações.

15 – DO PAGAMENTO:

15.1 O pagamento será efetuado após a entrega do objeto licitado, sendo vinculado à autorização e liberação dos recursos pela Caixa Econômica Federal e apresentação da nota fiscal. A vistoria e liberação de pagamento serão efetuadas por técnico da Caixa Econômica Federal.

16 – DO REAJUSTE:

Os valores somente serão reajustados caso o presente contrato ultrapasse o período de 12 meses.

17 – DA DESPESA:

17.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados, conforme especificado abaixo:

17 – Convênios União
001 – Convênios - Pronati
1006 – Convênios União - Pronat
449052000000000 – Equipamentos e Material Permanente

Recursos do MDA(Ministério do Desenvolvimento Agrário) conforme contrato de Repasse CEF nº 322.695/2010 do Programa PRONAT

18 – DA ESTIMATIVA DE CUSTOS:

18.1 O valor estimado da aquisição de acordo com o plano de trabalho é de R\$ 82.500,00 para todos os itens, com exceção da Câmara Frigorífica, cujo valor estimado é de R\$ 75.000,00.



19 – DAS PENALIDADES:

19.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do Pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa:

a) de 20% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa do CONTRATADO;

b) de 0,5% sobre o valor inadimplente do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte CONTRATADO no cumprimento dos prazos de execução dos serviços ou atraso na entrega dos bens consumíveis ou solução de vícios ou imperfeições constatadas no objeto, até o limite de 20%.

c) de até 20% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nas letras **a** e **b** desta cláusula;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CI/Jacuí pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos;

IV - declaração de inidoneidade;

19.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso;

19.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1 Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao CI/Jacuí, Setor de Licitações, sito na Rua Afonso Wietzke, nº 128, Bairro Centro, município de Sobradinho/RS, CEP 96.900-000, e-mail licitacaocijacui@viavale.com.br, preferencialmente, com antecedência mínima de **03 (três) dias** da data marcada para recebimento dos envelopes;

20.2 Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no CI/Jacuí, Setor de Licitações;

20.3 Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado;

20.4 Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone;

20.5 Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

servidor do CI/Jacuí, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração;

20.6 Os documentos serão autenticados por servidor do CI/Jacuí, a partir do original, até as 16h 30min do dia útil anterior à data marcada para início da sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes;

20.7 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, sobre o valor inicial contratado;

20.8 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

20.9 A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93);

20.10 Maiores informações, bem como cópia do Edital poderão ser obtidas através do e-mail juridicocijacui@viavale.com.br, licitacaocijacui@viavale.com.br e do site do CI/Jacuí na internet <http://consorciojacui.com.br/>.

20.11 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Proposta Comercial;

ANEXO III – Modelo de Declaração (não emprego de menores de idade);

ANEXO IV – Modelo de Declaração (não exist. de serv. público no quadro societário);

ANEXO V – Modelo de Declaração (inexistência de fatos impeditivos à habilitação);

ANEXO VI – Modelo de Credenciamento;

ANEXO VII – Modelo de Declaração de Enquadramento na Lei Compl. nº 123/06;

ANEXO VIII – Minuta do Contrato.

20.12 Fica eleito o Foro da Comarca de Sobradinho/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Sobradinho - RS, 09 de maio de 2016.

Leodegar Rodrigues
Presidente



Estado do Rio Grande do Sul
 Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Item	Unid	Quant.	Especificações mínimas	Val. Unit. (R\$)	Val. Total (R\$)
1	und	01	Descascador de legumes, capacidade mínima de 10 kg, motor elétrico de ½ HP, produção média de até 200kg, 220v;		
02	und	01	Máquina de saches de mel, equipamento para formar, encher e fechar embalagens tipo sache, tipo quatro soldas, com compressor de ar mínimo de 1 HP - 220V e enchedeira em aço inox.		
03	und	01	Embaladora a vácuo, modelo de mesa, gabinete em aço inox, bomba de vácuo interna, câmara de vácuo dimensões não inferiores a 500x400x80, busch mínimo 19 m³/hora automática, com duas barras de selagem, 220v.		
04	und	01	Mesa para higienização de frutas em aço inox, dimensões mínimas 920x2400x1460mm, estrutura tubular, chapas com furos de 8mm para retenção de frutos, dotada de pulverização de água por bicos aspersores, com jato de água, alimentação por tubulação PVC, bomba de reciclagem (autoescorvante), de ½ CV, 220V.		
05	und	01	Lavajato, motor com potência mínima de 2 CV, pressão mínima 1300 ibf/pol², chave elétrica vedada contra água, engate rápido sistema de sucção água, bico regulável, carrinho para transporte, 220v.		
06	und	02	Freezer horizontal, duas portas, capacidade mínima de 530 lts, degelo manual, função refrigeração, grade interna, pés com rodizio, travamento de portas com chaves, cor branca, 220v.		



Estado do Rio Grande do Sul
 Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

07	und	01	Geladeira resfriamento de bebidas e alimentos, temp trabalho 0 à 5°C, ar forçado, pés e prateleiras reguláveis, controlador digital, isolamento térmico em poliuretano injetado, dimensões mínimas : alt.1900mm, prof 600mm, frente 1200mm, volume mínimo 1000 lts, 220v.		
08	und	02	Mesa em aço inox escovado, medindo 2500x700x850mm, com duas cubas tanques 600x500x290mm, estrutura tubular, saída em funil para detritos.		
09	und	01	Câmara fria de resfriamento, isolamento injetado em poliuretano expandido, espessura mínima 80mm, revestimento externo chapa kroma branca, interno em chapa galvanizada, uma porta, motor elétrico trifásico. Medida externa mínima 4000x3000x2450mm, fundo revestido com fibra, controlador digital com degelo automático, gás 134 A, 3 níveis de prateleiras internas, luminária e caixa de comando, 220v.		
10	und	01	Câmara fria de congelamento, isolamento em injetado em poliuretano expandido, espessura mínima 100mm, revestimento externo chapa kroma branca, interno em chapa galvanizada, uma porta , motor elétrico trifásico. Medida externa 3000x2000x2450mm, fundo revestido com fibra, controlador digital com sistema de degelo com resistência, gás 404ª, três níveis de prateleiras internas, luminária e caixa de comando, 220v.		
11	und	01	Câmara frigorífica de atmosfera convencional de resfriamento e conservação de frutas e verduras com controle de temperatura, instalada, com as seguintes características: Tensão 380v (trifásica), Frequência de rede: 60Hz, tensão de comando: 200 Volts. Fluido Refrigerante R22. Dimensões Externas: 8,00 x 4,70 x 4,00m. Capacidade de estocagem 30 Ton, Movimento/dia 6.000 kg, tempo de resfriamento 18h, temperatura de recepção da fruta + 30°C, temperatura externa + 35°C, temperatura interna -1º a + 2º C, umidade relativa (UR) 85 a 95%, carga térmica 15.000 kcal/h. Com 02 duas unidades condensadoras,		



			compressor mín. 1.750 rpm, semi-hermético ou hermético, temp evaporação 6º C e condensação + 45º C, com 01 evaporador, - 6,0ºC, sistema 50/50 – duplo circuito, Área de troca térmica (mínima) 144,m ² , vazão de ar unitária (mínima) 12.000 m ³ /h, degelo por água quente – gases de descarga, sistema de umidade por bomba de pistão com pressão de 500 lbf/pol ² vazão de 15 litros por minuto com 04 (quatro) bicos do tipo corta gotas.		
--	--	--	---	--	--

Obs.: A mão de obra para a execução dos serviços de montagem e instalação da Câmara Frigorífica, inclusive de suas unidades condensadoras até o recinto a ser resfriado deverá ser pela empresa contratada para o fornecimento do bem, compreendendo também todos os encargos sociais, trabalhistas ou contratuais empregados, despesas com movimentação, transporte, estadia e alimentos dos responsáveis técnicos e montadores.

AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

Os equipamentos ora especificados deverão ser entregues dentro de 30 (trinta) dias após autorização da Caixa Econômica Federal, por força do Contrato de Repasse nº 322.695-06-20/2010/MDA/CAIXA, Programa Pronat, o qual prevê o apoio a projetos de infra-estrutura e serviços do Território Centro Serra, mediante a aquisição destes equipamentos. A entrega dos equipamentos deve ser informada ao CI/Jacuí oficialmente em dia e hora que garanta a presença dos representantes do CI/Jacuí, do Território Centro Serra e da Caixa Econômica Federal para o devido recebimento. Os custos de transporte do equipamento até a cidade de Arroio do Tigre/RS deverão estar inclusos no preço proposto pela CONTRATADA.

O CI/Jacuí terá plena autoridade para recusar os equipamentos caso encontre alguma não conformidade com este Termo de Referência. Se isso acontecer, o deverá ser devolvido e deverá ser enviado um novo que atenda as especificações do edital sem que a Contratada tenha direito a qualquer indenização. Neste caso, o pagamento somente será efetuado após a solução do problema. Os equipamentos fornecidos pela contratada deverão seguir integralmente todas as especificações técnicas contidas neste termo de referência. A alteração de alguma especificação somente será permitida se devidamente justificada ou tecnicamente e submetida ao CI/Jacuí, por escrito, antes da aquisição, que só poderá se concretizar após a aprovação, também por escrito, do CI/Jacuí e desde que não implique alteração no valor estimado para a aquisição. O CI/Jacuí não se responsabilizará pelo pagamento de equipamento adquirido pela CONTRATADA, diferente do especificado, sem que tenha sido por ele autorizado. A similaridade só será admitida nos casos em que houver comprovado atendimento das especificações técnicas correspondentes, o que será comprovado pelo CI/Jacuí quando do recebimento do equipamento. Para se evitar transtornos, é importante a



apresentação documentada, das especificações do material em aquisição para a aprovação formal do CI/Jacuí, antes da concretização da compra.

RESPONSABILIDADES E GARANTIA:

A CONTRATADA é única e inteiramente responsável pela qualidade dos equipamentos a serem adquiridos de acordo com as especificações aqui detalhadas. Essa responsabilidade será confirmada através do termo de garantia dos equipamentos, que deverá estar assinado pela Contratada. Assim, em caso de problemas de fabricação ou de inadequação, o equipamento deverá ser substituído por um novo. Tudo isso se dará sem nenhum ônus para a Contratante. Os custos de transporte do equipamento para conserto ou troca serão a expensas da Contratada.

DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Durante o período de garantia a empresa licitante vencedora prestará assistência técnica, a qual disponibilizará assistência técnica no Estado do Rio Grande do Sul, por um período mínimo de 12 (doze) meses, através de técnico habilitado ou empresa credenciada pela vencedora do certame para a prestação da assistência técnica. A prestação de serviços de assistência técnica deverá ser realizada num prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas corridas, contadas a partir do momento em que for realizado o chamado técnico devidamente formalizado, enquanto vigorar o período normal de garantia.



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

NOME DA EMPRESA: _____
CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____ **FONE:** _____
E-MAIL: _____.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do(s) item(ns) descrito(s) abaixo, objetos da presente licitação, modalidade **Pregão nº 01/2016**, acatando todas as estipulações consignadas no anexo I do edital, conforme abaixo:

ITEM	EQUIPAMENTO	QUANTIDADE LICITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Valor total da proposta:

R\$ _____ (_____).

Observação 1: Anexar prospecto(s) técnico(s) ilustrado(s) dos equipamentos.

Declaração: Declaramos que os produtos cotados atendem a todas as especificações do Anexo I – Termo de Referência do Edital nº 01/2016.

Observação 2: No preço cotado devem estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras despesas que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (mínimo de 60 dias).

GARANTIA: Mínimo de 12 (doze) meses.

PRAZO DE ENTREGA: Máximo de 30 (trinta) dias após autorização da Caixa Econômica Federal.

DEMAIS CONDIÇÕES: Conforme Edital

DATA:

Nome e Assinatura do Representante e Carimbo da Empresa



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO

_____, inscrita no
CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a)
_____ portador (a) da Carteira de Identidade nº
_____, CPF nº _____ DECLARA, para fins do
disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis
anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Data

Identificação da empresa e assinatura do representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
ANEXO IV
MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Credenciante



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
ANEXO V
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123/06

.....
inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu Contador, o (a)
Sr.(a.)....., portador(a) da Carteira de Identidade
nº.....e do CPF nº....., DECLARA, para fins do
disposto no Edital de Pregão Presencial nº 01/2016, sob as sanções administrativas cabíveis e
sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123,
de 14/12/2006;

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do
artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Data

.....
(Assinatura do Contador)



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2016

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE (descrição)
EQUIPAMENTO PARA INSTRUMENTALIZAR A
BASE DE SERVIÇOS E COMERCIALIZAÇÃO DO
TERRITÓRIO CENTRO SERRA EM
ATENDIMENTO ÀS METAS Nº 04 E 05 DO
CONTRATO DE REPASSE Nº 322.695/2010
FIRMADO ENTRE O CONSORCIO
INTERMUNICIPAL DO VALE DO JACUÍ/RS E O
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO- MDA/PROGRAMA PRONAT
CONFORME DESCRIÇÃO A SEGUIR:**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO JACUÍ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Afonso Wietzke, nº 128, Bairro Centro, município de Sobradinho/RS, inscrito no CNPJ nº 06.205.888/0001-85, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Leodegar Rodrigues, brasileiro, casado, residente e domiciliado na localidade de Aterrado, s/n, interior do município de Novo Cabrais – RS, portador do RG nº 7049714244, e CPF nº 595.955.820-34, que este subscreve, daqui para frente denominada simplesmente **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede à Rua _____, neste ato representa por seu _____, Sr. _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, e portador do RG sob o n.º _____, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato com os seguintes termos:



CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

- 1.1- Aquisição de x unidades do equipamento (descrever);
- 1.2- Para a aquisição do objeto deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas impostas pelos órgãos competentes, principalmente quanto à qualidade do produto fornecido.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS INTEGRANTES:

- 2.1- Para todos os efeitos legais, para melhorar a caracterização do contrato, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:
 - a) Edital de Pregão N° 01/2016 e seus anexos;
 - b) Proposta da CONTRATADA.
- 2.2- Os documentos referidos no presente item são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir a sua extensão e desta forma reger a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS:

- 3.1- Os preços para a execução do objeto deste Contrato são os apresentados na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE;
- 3.2- As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

17 – Convênios União
001 – Convênios - Pronati
1006 – Convênios União - Pronati
449052000000000 – Equipamentos e Material Permanente

3.3 – O CONTRATANTE tem direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

II – junto com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos comparativos entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.



§ 2º Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO:

4.1- O pagamento será efetuado após a entrega do objeto licitado, vinculado a autorização e liberação dos recursos pela Caixa Econômica Federal e apresentação da nota fiscal. A vistoria e liberação de pagamento serão efetuadas por técnico da Caixa Econômica Federal;

4.2 - Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados;

4.3 - O CONTRATANTE poderá descontar dos pagamentos, ou da garantia e de seus eventuais reforços, importância que, a qualquer título, lhe sejam devidas pela CONTRATADA por força deste Contrato;

4.4 - No caso dos produtos não estarem de acordo com as especificações técnicas e demais exigências fixadas neste Contrato, o CONTRATANTE fica desde já autorizado a reter o pagamento em sua integralidade até que sejam processadas as alterações e retificações determinadas, aplicando-se à CONTRATADA a Multa prevista na Cláusula punitiva;

4.5 - Durante o período de retenção, não correrão juros ou atualizações monetárias de qualquer natureza, sem prejuízo de outras penalidades prevista neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO:

5.1 - A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, nem poderá subcontratar os serviços relativos ao seu objeto, sem o expresse consentimento do CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE:

6.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pelo fornecimento do objeto deste Contrato e, conseqüentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que direta e indiretamente venham a provocar ou causar ao CONTRATANTE, ou para terceiros;

6.2 - A CONTRATADA é responsável pela análise e estudo de todos os documentos fornecidos pelo CONTRATANTE, para o fornecimento dos produtos, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância defeito ou insuficiência de tais documentos;

6.3 - Não existirá qualquer vínculo Contratual entre eventuais subcontratadas e o CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo Cumprimento deste Contrato será sempre a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE ENTREGA E DE VIGÊNCIA:

7.1 – Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento;



7.2 – A vigência do presente contrato será de um ano a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério exclusivo do CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES:

8.1 - Após o fornecimento do objeto Contratual por parte do CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável nos termos das Leis nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e nº 8.666/93 (Lei das Licitações), e suas alterações;

8.2 – Na hipótese da CONTRATADA deixar de prestar a assistência referida, quando solicitada e o CONTRATANTE, tiver que se valer de serviços de terceiros, incidirá em multa na ordem de 20 (vinte) por cento do valor referente aos serviços prestados sem prejuízos do disposto na cláusula anterior;

8.3 - A garantia mínima admitida para o equipamento será de 12 meses a contar da data de entrega do produto.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

Pela inexecução total ou parcial do contrato estará o CONTRATADO sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa:

a) de 20% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa do CONTRATADO;

b) de 0,5% sobre o valor inadimplente do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte CONTRATADO no cumprimento dos prazos de execução dos serviços ou atraso na entrega dos bens consumíveis ou solução de vícios ou imperfeições constatadas no objeto, até o limite de 20%;

c) de até 20% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nas letras a e b desta cláusula;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CI/Jacuí pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos;

IV - declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO:

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

11.1 - A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE solicitar, até o limite estabelecido no parágrafo 1º do inciso II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2 - Permitir o livre acesso de servidores do CONTRATANTE, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;

11.1.3 - Efetuar a entrega conforme estabelecido neste edital.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

12.1 - Fiscalizar o serviço contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal;

12.2 - Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

13.1 - A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao Patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação;

13.2 - A CONTRATANTE ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a CONTRATADA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – A CONTRATADA deverá iniciar o objeto do presente contrato tão logo seja emitida a Autorização de Fornecimento;

14.2 – O CONTRATANTE reserva-se, ainda, no direito de recusar todo e qualquer material que não atender às especificações técnicas exigidas pela legislação pertinente, ou que sejam considerados inadequados pela fiscalização;

14.3 - A CONTRATADA assume íntegra responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou a Terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços Contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possam surgir em decorrência dos mesmos;

14.4 – A CONTRATADA será a única responsável para com seus empregados e seus auxiliares, no que concerne ao cumprimento da legislação Trabalhista, Previdência Social, Seguro de Acidente do Trabalho ou quaisquer outros encargos previsto em lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança do Trabalho, prevista na Legislação Federal, sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multas por parte o CONTRATANTE ou rescisão Contratual com a aplicação das sanções cabíveis;

14.5 – Aplicam-se a este Contrato as disposições da Lei Federal n.º 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que regulamenta as licitações e Contratações promovidas pela administração Pública;

14.6 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme preceitua o Art. 71 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

15.1 – As partes contratantes dão ao presente Contrato o valor GLOBAL de R\$ _____ (_____), para todos os legais e jurídicos efeitos.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 - Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca do Município de Sobradinho - RS, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais, declarando que tomaram conhecimento antecipado, acordando e assinando o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Sobradinho (RS), em ____ de _____ de 2016.

CONTRATANTE

CONTRATADO